

Congresso mostra agilidade

Quando chegou a vez do Governo tentar obter a maioria absoluta no Legislativo para conseguir providências de seu interesse, falhou também. Foi o que aconteceu com o chamado **Emendão**, na verdade uma minireforma constitucional que o Planalto começou a estudar ainda no início do ano. Com ela, o Governo pretendia mexer nos mais variados pontos da Constituição, desde a restrição da mineração a empresas majoritariamente nacionais até a comercialização do sangue, passando pelo fim do princípio da anualidade dos tributos.

Para fazer aprovar o **Emendão** o Governo precisaria de três quintos da Câmara e da mesma proporção no Senado. Armou-se grande encenação, com direito inclusive à primeira convocação do Conselho da República, teoricamente reservado para momentos de comoção nacional, mas viu-se logo que até a tramitação da proposta era impossível na forma pretendida. O senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) provou que para tratar de assuntos diferentes precisam-se de emendas diferentes.

O **Emendão** foi implodido em cinco emendinhas, logo após sua chegada ao Congresso em outu-

bro. Hoje elas dormitam em gavetas de comissões, só devendo ser despertadas no ano que vem, talvez. Ao Governo, incapaz aí de reunir votos para forçar sua tramitação, restou o consolo de fazer sozinho também uma emenda, a que antecipava o plebiscito e era defendida pelos parlamentaristas.

Pressões — Durante todo o ano senadores de relevo, como Alexandre Costa (PFL-MA) ou Jutahy Magalhães (PSDB-BA) mostraram que havia um descompasso. Enquanto a Câmara levava semanas, meses até, para examinar, emendar, negociar e enfim votar um projeto, esperava-se do Senado que apenas referendasse essa decisão em dois ou três dias. Houve casos, como o projeto que reformulava a Zona Franca de Manaus, em que o Senado decidiu sob fortíssima pressão. No caso, resistiu a ela e terminou por mudar substancialmente o texto vindo da Câmara, impondo, assim, uma derrota à ala do Governo que tem no secretário do Desenvolvimento Regional, Egberto Baptista, seu principal expoente. Quase sempre, porém, o Senado precisou decidir, em curíssimo espaço de tempo, até para não prejudicar interesses relevantes da população.